



10° EBBC

Encontro Brasileiro de
Bibliometria e Cientometria



CIÊNCIA CIDADÃ E GOVERNANÇA DE DADOS: um estudo na comunidade indígena Bororo

Geisa Müller de Campos Ribeiro

<https://orcid.org/0000-0001-5778-1248>
geisamuller@ufg.br
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Aivone Carvalho

<https://orcid.org/0009-0008-0674-5800>
carvalhoaivone@gmail.com
Universidade de São Paulo (USP)

Laura Vilela Rodrigues Rezende

<https://orcid.org/0000-0002-8891-3263>
laura_rezende@ufg.br
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo:

A ciência aberta e cidadã tem pautado debates sobre novas formas de produção, circulação e governança de dados baseadas em princípios mais inclusivos, colaborativos e transparentes, especialmente no diálogo com povos indígenas e comunidades tradicionais. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar as reivindicações de membros da comunidade indígena Bororo relacionadas à governança de seus saberes e dados, a partir de seus depoimentos, evidenciando demandas por soberania do conhecimento, controle da informação e definição de limites éticos ao compartilhamento no contexto da relação com a Universidade. A pesquisa foi realizada entre 2021 e 2023 na aldeia Meruri em Mato Grosso, a partir de uma abordagem qualitativa e decolonial, baseada em convivência no território e diálogos. Os depoimentos foram categorizados em dimensões que evidenciam demandas por soberania do conhecimento, controle sobre registros e limites éticos ao compartilhamento, apontando a necessidade de práticas de governança que reconheçam a autoridade epistêmica e os direitos das comunidades indígenas.

Palavras-Chave: Princípios CARE. Colonialidade. Povos indígenas. Ciência Aberta. Justiça epistêmica.

EIXO TEMÁTICO:

Diversidade e Inclusão na
Ciência

MODALIDADE:

Resumo expandido

DOI: 10.22477/x.ebbc.1112

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

RIBEIRO, Geisa Müller de Campos; CARVALHO, Aivone; REZENDE, Laura Vilela Rodrigues. Ciência cidadã e governança de dados: um estudo na comunidade indígena Bororo. *In*: EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. 10. **Anais [...]**. Curitiba, 2026. DOI: 10.22477/x.ebbc.1112. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/x.ebbc.1112>.



1 INTRODUÇÃO

A ciência aberta, enquanto movimento em construção, reúne em seu alicerce diferentes eixos que se expandem a partir de múltiplos interesses e demandas, apontando para novas formas de produção, circulação e gestão do conhecimento baseadas em princípios mais inclusivos, colaborativos e transparentes (Ribeiro, 2023). Entre esses eixos, destacam-se iniciativas voltadas à ampliação do acesso à informação científica, à abertura de dados de pesquisa e à participação social na produção do conhecimento. Nesse contexto, a Ciência Cidadã ganha centralidade ao ampliar o papel de grupos sociais historicamente marginalizados na interlocução com a ciência (Albagli, Clinio; Raychtock, 2014; Albagli, Rocha, 2021; Ribeiro, 2023) configurando-se também como uma crítica às estruturas acadêmicas do modelo tradicional de pesquisa, marcadas por um legado epistemológico eurocêntrico que historicamente contribuiu para a subalternização de outros modos de produzir saber, entre eles os conhecimentos dos povos indígenas sustentados por civilizações milenares.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), além das desigualdades sociais produzidas pelo colonialismo, há também um legado epistemológico do eurocentrismo que dificulta a compreensão do mundo a partir das epistemes de diferentes povos e culturas. A partir desse contexto, diferentes discussões têm defendido o diálogo entre múltiplas epistemes, reconhecendo o direito dos povos de decidir sob quais condições os conhecimentos gerados podem ou não se tornar públicos. A Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta (2022) reforça essa perspectiva ao destacar a importância de respeitar a diversidade cultural e os diferentes sistemas de conhecimento, promovendo o diálogo entre comunidades de distintos contextos sociais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais (PCTs).

Essa perspectiva também é reforçada pela Declaração das Nações Unidas (2008, p. 11) no art. 16º sobre os Direitos dos Povos Indígenas de estabelecer seus próprios meios de informação sobre seus sistemas de conhecimento. Já no art. 31º o documento estabelece que os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural e sua propriedade intelectual.

Evidencia, portanto, a importância de garantir que a circulação e a publicização do conhecimento tradicional ocorram de acordo com decisões e condições definidas pelos próprios povos detentores desses saberes (Carroll et al., 2020). No entanto, embora a produção científica tenha historicamente se apoiado em pesquisas realizadas em territórios indígenas, nem sempre houve consentimento, participação e retorno dos resultados às comunidades ou controle sobre as informações produzidas.

Diante deste cenário, diferentes iniciativas têm buscado orientar práticas mais inclusivas no contexto da gestão do conhecimento relacionado a esses povos, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Organização das Nações Unidas, 2008), o WIPO (World Intellectual Property Organization, 2024) e os Care Principles for Indigenous Data Governance (Global Indigenous Data Alliance, 2019). Os princípios CARE foram desenvolvidos para orientar a governança de dados indígenas, garantindo que as comunidades tenham autonomia sobre suas informações e que o conhecimento produzido sobre elas respeite seus valores e direitos. Dentre os princípios, tem-se: Benefício coletivo; Autoridade para controlar; Responsabilidade; Ética. Em suma, é um imperativo de justiça cognitiva e de governança (Global Indigenous Data Alliance, 2019).

Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as reivindicações de membros da comunidade indígena Bororo relacionadas à governança de seus sa-

beres e dados, a partir de seus depoimentos, evidenciando demandas por soberania do conhecimento, controle da informação e definição de limites éticos ao compartilhamento no contexto da relação com a Universidade.

É importante considerar que toda a apresentação é guiada pela vivência da pesquisadora com a comunidade durante quatorze meses em campo. A apresentação dos depoimentos foi conduzida buscando respeitar a centralidade das vozes dos participantes.

Trata-se de um estudo que destaca a importância da diversidade na pesquisa e na comunicação científica, ao discutir outras formas de produzir e tensionar a circulação do conhecimento, bem como as relações de poder que integram o ecossistema científico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é fruto de uma pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2023 na aldeia indígena Bororo, de autodenominação Boe, localizada em Meruri, no município de General Carneiro, no estado de Mato Grosso. A metodologia não se orientou por normativas fixas, mas por um percurso construído no próprio território, em diálogo com o grupo, a partir de abordagens decoloniais que consideram tanto a comunidade quanto o campo acadêmico como sujeitos da produção e partilha do conhecimento. A pesquisa em questão tinha como objetivo discutir os alicerces da Ciência Cidadã observados na relação de produção partilhada do conhecimento entre a Universidade e a comunidade indígena.

Buscou-se vivenciar a cultura por meio de diálogos em três percursos: 1. Acolhimento na comunidade: estabelecimento de confiança e compreensão da cultura entre ambos; 2. Partilha de saberes: apresentação e diálogo sobre a pesquisa; 3.

Avaliação dos dados: retorno das análises que os dados geraram. Estas etapas foram os alicerces da pesquisa.

Os temas utilizados nas conversas foram: a atuação da Universidade na aldeia; as formas de produção compartilhada do conhecimento e suas dificuldades; os limites éticos dessa relação; o cotidiano na cultura Bororo; as formas de reconhecimento desejadas pela comunidade; os direitos autorais, intelectuais e de propriedade; a validação do conhecimento; e a devolução dos produtos de pesquisa.¹

Os depoimentos que apresentaremos nos resultados, fruto das longas conversas individuais e em grupo mencionados acima, não são tratados como dados que foram apropriados pelo pesquisador, mas como expressões legítimas do grupo, que participaram ativamente da produção e validação do conhecimento (Visvanathan, 2004, p. 768).

Além disso, consideramos que metodologias decoloniais não apagam ou invisibilizam aqueles que falam, uma vez que a visibilização das vozes também constitui um ato político. Nesse sentido, em atendimento à exigência da própria comunidade Boe, todos os depoimentos dos 14 indígenas estão identificados pelos nomes civil e Bororo e expressam suas reivindicações em relação à governança de seus saberes.

3 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A observação dos depoimentos permitiu a identificação de quatro dimensões analíticas que expressam reivindicações da comunidade Bororo sobre a governança de seus saberes, sendo: Soberania do saber, Controle sobre os dados e retorno, Ética e limites ao compartilhamento, Universidade como espaço de diálogo. Essas

¹ Parecer substanciado 4.876.670 do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal de Goiás.

dimensões foram construídas a partir da análise interpretativa dos discursos e relacionadas com os princípios CARE.

3. 1 SOBERANIA DO SABER

(Dimensão que trata sobre quem é a autoridade legítima do conhecimento)

Esta categoria evidencia a compreensão de que a fonte legítima do conhecimento está na própria comunidade, especialmente nos anciãos e anciãs, reconhecidos como autoridades na transmissão dos saberes tradicionais. Para os Bororo, o conhecimento é um saber milenar produzido e preservado coletivamente. Essa compreensão é explicitada no depoimento de José Mário Kuarubo, ao afirmar que:

“Todos eles (alunos do projeto Bakarú) tiram o ensino e o conhecimento de nós que estamos aqui. Somos nós anciãos, anciãs”.

A fala reforça a centralidade dos mais velhos como detentores e transmissores do conhecimento, evidenciando uma estrutura de autoridade baseada na experiência e na memória coletiva. De modo semelhante, Lauro Pariko Ekureu destaca o papel dos anciãos na continuidade desses saberes:

“[...] Os nossos anciãos estão disponibilizando esses saberes para nós, pesquisadores Bororo”.

Esse trecho evidencia que o acesso ao conhecimento não é individualizado, mas mediado por relações comunitárias e geracionais. Além disso, os depoimentos apontam para uma dimensão política da produção do conhecimento. Adriano Boro Makuda afirma:

“[...] A Universidade está nos dando essa oportunidade de nós mesmos falarmos



de nós e não o outro”. “[...] Nós mesmos transmitimos aquilo que nós somos, não somos mais objetos de pesquisas do outro”. “[...] Quem quiser falar de nós tem de considerar que queremos ver vírgula por vírgula e saber que exigimos o nosso aval”.

Essas falas indicam uma reivindicação por autonomia narrativa e controle sobre a produção do conhecimento, deslocando os povos indígenas da posição de objeto para sujeitos da pesquisa. Observa-se, portanto, que a colaboração não se restringe à coleta de dados, mas assume também uma dimensão política, na medida em que os pesquisadores indígenas reivindicam o direito de definir o que é pesquisado e como suas histórias são narradas. Isso implica o exercício de controle e validação comunitária sobre o que é produzido e publicado, transicionando a posição do indígena de “objeto” para sujeito da pesquisa, com direito também de narrar a própria história. O “falar de si”, nesse contexto, não constitui um ato individual, mas a expressão de uma consciência histórica coletiva e de uma base formativa que pertence à comunidade como um todo. Essa reivindicação pode ser compreendida como uma demanda por justiça epistêmica, na qual a comunidade afirma sua autoridade na produção e validação do conhecimento sobre si mesma.

3.2 CONTROLE, CIRCULAÇÃO E RETORNO DOS DADOS

(Dimensão que trata não apenas de quem produz o conhecimento, mas quem controla sua circulação e uso)

Se na Dimensão anterior a reivindicação se refere à autoridade sobre a produção do conhecimento, nesta os depoimentos evidenciam, de forma complementar, a demanda por controle sobre os registros, usos e circulação, bem como o desejo de autonomia sobre sua própria narrativa. Essa mudança de posição é explicitada por Adriano Boro Makuda ao afirmar que:

“[...] Nós não somos mais tutelados e vejo isso como um grande avanço”. “[...] A ciência nos dá essa abertura para conhecermos o mundo e a nós mesmos estarmos cientes daquilo que nós somos”.

A fala evidencia um deslocamento importante: ao mesmo tempo em que reconhece a ciência como espaço de possibilidade, afirma a superação de uma condição histórica de tutela, reforçando a autonomia dos sujeitos indígenas, o que representa um avanço no sentido de que possam falar por si mesmos. No entanto, essa abertura convive com tensões relacionadas à autoria e à representação. Lauro Pariko Ekureu expressa esse incômodo ao destacar que:

“[...] O que dá raiva é ter de por aspas naquilo que eles escreveram sobre nós. Por mim eu não punha”. “[...] Têm várias pesquisas já realizadas sobre o povo Bororo que estão registradas na academia. Mas é um pessoal que veio aqui faz tempo, pesquisaram, e deram uma sumida”.

Esse trecho revela não apenas o desconforto com a mediação externa do conhecimento, mas também uma crítica à ausência de retorno das pesquisas realizadas, evidenciando assimetrias na produção e circulação da informação. Por outro lado, os depoimentos também apontam para o reconhecimento da importância do registro e da presença da Universidade no território, como destaca Idelfonso Boro Kuoda:

“[...] Tendo outros materiais que fazem registro da nossa vida indígena é importante pra nós porque a gente passa a ter esse universo acadêmico dentro da nossa aldeia.” [...] “A Universidade aqui dentro veio valorizar essa grandeza do conhecimento Bororo.” [...] Nós já temos aqui na aldeia o museu, a biblioteca”. “[...] Está dentro do contexto, ter a oportunidade de falar do nosso conhecimento, nossas práticas, nossa cultura”. “[...] O que a Universidade ganha com isso é a oportunidade de haver mudanças no olhar que a sociedade tem de nós”.

Nesse sentido, a presença institucional é percebida como potencialmente positiva, desde que articulada ao fortalecimento das estruturas locais de memória e conhecimento. Ainda assim, permanecem críticas contundentes à apropriação indevida de registros, como aponta Paulinho Ecerae Kadojeba:

"[...]Já vieram muitos pesquisadores aqui e disseram que conhecem muito o povo Bororo e não é confiável". "[...] Uma infinidade de imagens que foram e nunca voltaram, não voltam, somem".

Dessa forma, observa-se que os Bororo não apenas afirmam sua autonomia, mas também reivindicam mecanismos concretos de controle e validação sobre os dados e narrativas que dizem respeito à sua coletividade. Nesse contexto, emerge a demanda pela repatriação de dados e pelo estabelecimento de práticas éticas de pesquisa, que assegurem a soberania sobre a memória coletiva e os modos de representação. Há ainda apontamentos de que a pesquisa só faz sentido se contribuir para o fortalecimento da educação dos jovens da aldeia e para a preservação da cultura local, como observado a seguir:

"[...] A gente passa a perceber e enxergar o valor que isso representa para a continuidade das futuras gerações." [...] "Hoje a gente procura mesclar o mundo acadêmico e o mundo Bororo, harmonizar as coisas para as coisas caminharem bem". (Idelfonso Boro Kuoda).

"[...] "A base de formação dele não está lá (universidade), está aqui, é aqui que ele tira o conhecimento para devolver às gerações de forma mais concreta". (José Mário Kuarubo).

Em síntese, os relatos revelam que o controle dos dados não constitui apenas um processo técnico de gestão da informação, mas uma luta política por justiça

cognitiva, na qual a comunidade reivindica o direito de validar, possuir e gerir o conhecimento produzido a seu respeito.

3.3 ÉTICA: LIMITES AO ACESSO E AO COMPARTILHAMENTO

(Dimensão que trata que nem todo conhecimento pode ou deve ser aberto)

Os depoimentos revelam que os dados indígenas devem ser utilizados com limites e de maneira cuidadosa, considerando valores, normas e segredos culturais. Isso inclui o direito que os povos possuem de definir o que pode ou não ser divulgado. Essa delimitação é explicitada por Denilson Tubareceba ao afirmar que:

"[...] Entre nossos rituais sagrados, o funeral é o que mais proporciona interesse".

"[...] Então, a gente impõe limite sim, porque é totalmente sagrado".

A fala indica que determinados elementos culturais, ainda que despertem interesse externo, estão sujeitos a restrições de acesso, evidenciando que o valor simbólico e espiritual do conhecimento se sobrepõe à lógica de divulgação irrestrita. De forma semelhante, Lauro Pariko Ekureu aponta limites relacionados ao compartilhamento de saberes específicos:

"[...] Por exemplo, o limite, quando a gente vai falar sobre o Jorubo, que é um remédio tradicional, não tem como falar porque senão vai ser uma perda de bem material e espiritual". " [...] O funeral é muito delicado, porque tem a parte que é segredo sagrado".

Nesse caso, o depoimento evidencia que o compartilhamento indevido pode resultar não apenas em exposição cultural, mas também em perdas concretas, materiais e espirituais, gerando desequilíbrios para a comunidade. Pesquisadores

externos muitas vezes não são considerados confiáveis por não respeitarem esses limites ou por utilizarem as informações de forma indevida. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de modelos de governança que reconheçam limites ao compartilhamento.

3.4 UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO

(Dimensão que trata da relação entre universidade e comunidade)

Este eixo compreende a governança de dados como um meio pelo qual a Universidade pode abandonar sua postura, historicamente marcada pelo extrativismo de dados. Os depoimentos a seguir apontam a atuação da Universidade como um espaço de diálogo. Essa transformação é evidenciada no depoimento de Mariel Kujiboekureu, ao afirmar que:

"[...] Está sendo diferente porque estão trazendo essa parte que até então a colonização deixou menor e insignificante". "[...] Agora a gente está estudando a nós mesmos e está sendo muito enriquecedor".

A fala destaca um movimento de valorização de saberes historicamente marginalizados, indicando uma reconfiguração das relações entre Universidade e comunidade. De modo semelhante, Idelfonso Boro Kuoda enfatiza o caráter de troca presente nessa relação:

"[...] A gente passa a conhecer e entender esse universo acadêmico, o conhecimento científico". "[...] Então é um intercâmbio fantástico que eu percebo, que eu vejo". "[...] A Universidade aqui dentro veio valorizar essa grandeza do conhecimento Bororo".

O depoimento evidencia que a Universidade não é percebida apenas como espa-

ço de imposição de conhecimento, mas como um ambiente de interação, no qual diferentes formas de saber podem coexistir e se fortalecer mutuamente. Por fim, Adriano Boro Makuda reforça essa perspectiva ao afirmar que:

“[...] A ciência nos dá essa abertura para conhecermos o mundo e a nós mesmos”.

Nesse sentido, a Universidade passa a dialogar com outros saberes e com diferentes formas de produção do conhecimento, distintas das práticas tradicionais de pesquisa, contribuindo para o fortalecimento da identidade indígena. Ao compartilharem sua cultura e ancestralidade, os Bororo não apenas ressignificam sua relação com a Universidade, mas também provocam transformações nos modos de produzir conhecimento e tensionando concepções estabelecidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa é analisar as reivindicações de membros da comunidade indígena Bororo relacionadas à governança de seus saberes e dados, a partir de seus depoimentos, evidenciando demandas por soberania do conhecimento, controle da informação e definição de limites éticos ao compartilhamento no contexto da relação com a Universidade.

O conjunto de dimensões identificadas a partir dos depoimentos, revelam que a governança dos saberes não se limita a aspectos técnicos de gestão do conhecimento, mas envolve dimensões epistemológicas, políticas e éticas relacionadas à autoridade epistêmica sobre a produção, circulação e preservação de seus conhecimentos.

As reivindicações evidenciadas reforçam a necessidade de uma reorientação das práticas de governança de dados, de modo a reconhecer a autoridade epistêmica

das comunidades tradicionais e garantir que seus conhecimentos sejam tratados de forma ética, contextualizada e respeitosa, sem subordinação a interesses externos. Tal perspectiva implica também o afastamento de modelos hegemônicos de produção e circulação do conhecimento, abrindo espaço para práticas que assegurem retornos socialmente significativos e alinhados às demandas e aos contextos dos saberes locais (Carroll et al., 2020).

Os princípios CARE, nesse contexto, configuram-se como importantes referenciais para o reconhecimento da diversidade epistemológica, para o fortalecimento da soberania dos povos tradicionais e para a construção de relações mais justas entre Universidades e comunidades.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc Em Revista**, v. 10, n. 2. 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593> Acesso em: 10 mar 2026.

ALBAGLI, S.; ROCHA L. Ciência cidadã no Brasil: um estudo exploratório. In: BORGES, M. M.; CASADO E. S. **Sob a lente da ciência aberta**: olhares de Portugal, Espanha e Brasil. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. p. 489-511. cap. 18. Disponível em: <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/46243> Acesso em: 15 mar 2026.

CARROLL, S. R., GARBA, I., FIGUEROA-RODRIGUEZ, O. L., HOLBROOK, J., LOVETT, R., MATERRECHERA, S., et al. The CARE Principles for Indigenous Data Governance. **Data Science Journal**, n. 19, v. 43. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/dsj-2020-043>

GLOBAL INDIGENOUS DATA ALLIANCE. **Care principles for indigenous data governance**, 2019. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5d3799de845604000199cd24/t/6397b363b502ff481fce6baf/1670886246948/CARE%2BPrinciples_One%2BPagers%2BFINAL_Oct_17_2019.pdf Acesso em 18 de dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Brasília: Unesco Office Brasília, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/>



[pf0000379949_por](#) Acesso em: 14 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: UNIC, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

PORTO-GONÇALVEZ, C. W.. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 3–5. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13> Acesso em: 23 jan. 2022.

RIBEIRO, G. M. de C. **A Produção partilhada do conhecimento na vivência com a comunidade indígena Bororo: princípios para uma Ciência Cidadã**. 2023. 185 f. Tese (Doutorado em Comunicação), Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12959>

VISVANATHAN, S. Convite para uma guerra da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. Parte IV, Capítulo 33. p. 757 – 776.

WORD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Wipo treaty on intellectual property, genetic resources and associated traditional knowledge**. 2024. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/gratk_dc/gratk_dc_7.pdf Acesso em 5 jan 2025.